

**TRADIÇÃO CLÁSSICA E SUA REPERCUSSÃO
EM GRAMÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Paulo Mosânio (UFCE)
paulo.mosanio@gmail.com

RESUMO

A finalidade deste artigo é mostrar os desafios que representam a classificação vocabular desde a Antiguidade Clássica até os tempos modernos em língua portuguesa. Nesta vamos passar em revista as gramáticas renascentistas, as gramáticas do período historicista, para enfim, chegarmos aos períodos pé- e pós-NGB. Concluímos que o desafio persiste, o esperado momento de unificação terminológica e conceitual das classes em pouco resultou. As grandes divergências continuaram, o que pode ser visto nas gramáticas de ponta em nossa língua. Essas lides já eram prenunciadas no Anteprojeto à NGB, diga-se de passagem.

Palavras-chave:

Classificação das palavras. Gramática. NGB. Tradição clássica. Língua portuguesa.

1. Introdução

Aquilo que hoje constitui disciplina gramatical com certa autonomia teve seu início na Grécia, no bojo das perquirições filosóficas. Era a filosofia a pedra angular sobre a qual se foram edificando, com o passar do tempo, os diversos setores do saber.

O ponto alto na reflexão filosófica encontra-se representado por Platão e Aristóteles, que refletiram sobre a linguagem em termos de categorias. Dada a importância de ambos os filósofos, mencionamos sua contribuição em secção à parte, juntamente com os estoicos. O que os une não é simplesmente o estudo do discurso articulado, mas o exame analítico do mesmo.

Dionísio da Trácia e Apolônio Díscolo serão referidos em seguida, quando tratarmos da tradição gramatical, embora o segundo retome em parte o legado filosófico, reorganizando as partes do discurso conforme os polos centrais do mesmo: o nome e o verbo, as classes por excelência.

Quanto à contribuição do mundo latino, houvemos por bem nos referir a Prisciano, cuja doutrina teve grande importância na Idade Média, e a Varrão, devido à sua originalidade, embora não tivesse logrado o reconhecimento conferido a Prisciano.

Por fim, fazemos algumas referências ao medievo, que, continuando a tradição greco-latina, conjugou a doutrina de Prisciano, seguidor de Apolônio Díscolo, ao ensinamento de Santo Tomás de Aquino, grande ideólogo da Idade Média, adaptador da filosofia de Aristóteles ao Cristianismo.

As obras consultadas para este capítulo são a de Robins (1979), Kristeva (s/d), Neves (1987), além das fontes originais colhidas em Varão (1990) e Eckfurt (1947).

2. *Legado helênico*

2.1. *As classes de palavras no âmbito filosófico*

É com Platão que o discurso (*lógos*) foi examinado como entidade digna de ser apreendida analiticamente. Por discurso, entende-se o de natureza declarativa, em *Sócrates corre, o cavalo é branco*. Ele reúne nomes e verbos (*onómata* e *rhémata*), através dos quais se espelharia o vínculo entre agente e ação.

Aristóteles desenvolveu o legado do mestre. Acrescentou às duas categorias retromencionadas a das conjunções (*syndesmoi*), que abrangiam o que posteriormente se chamou conjunção, artigo e pronome e, possivelmente, a preposição. O estagirita reconheceu a categoria de caso (ptosis), mas justificou-a de um ponto de vista lógico. Assim, o genitivo e o dativo seriam casos, tomando como ponto de partida o nominativo. Como apenas este último corresponderia ao nome em função do sujeito da proposição, ele não seria afetado pela categoria de caso. Destaquemos, porém, que o conceito de caso não é unívoco: ora abrange a flexão nominal e a verbal e a derivação; ora o conceito se restringe àqueles dois tipos flexionais.

Aristóteles também identificou a categoria de tempo, manifestada através do verbo, mas, em suas considerações lógicas, deu saliência ao presente.

Passo importante foi dado pelos estoicos. No afã de revelar a simetria entre a estrutura do pensamento e a da linguagem, identificaram inicialmente quatro partes do discurso: nome, verbo, conjunção e artigo. Distinguiram mais tarde o nome próprio do nome comum. O mérito deles não consistiu simplesmente na ampliação do número de classes. Ao reconhecerem a existência dos três gêneros, por exemplo, introduziram o

termo técnico *oudéteron* (literalmente “nem um, nem outro”) para designar o neutro.

A identificação da categoria de caso, relacionada aos nomes, foi obra desses estudiosos. A referida categoria serviu de base para inclusão dos adjetivos na classe nominal, para a distinção entre esta classe e a dos verbos. Trataram da noção gramatical de tempo, embora confusamente, e vislumbraram a de aspecto. A gramática dava sinais de libertação das amarras filosóficas.

2.2. As classes de palavras no âmbito gramatical

A disciplina gramatical propriamente dita é uma criação da época helenística. Tinha por objetivo cultivar e ensinar aquilo que o espírito havia criado e elaborado.

A gramática ganhou relativa autonomia com a *Téchne Grammatiké*, de Dionísio da Trácia, a primeira gramática do Ocidente, cuja influência sobre outras obras gramaticais foi incontestável. Dionísio identificava oito partes do discurso inspiradas em Aristarco: nome (*ónoma*), verbo (*rhema*), particípio (*metoche*), artigo (*árthon*), pronome (*antonymia*), preposição (*próthesis*), advérbio (*epírrhema*) e conjunção (*syndesmos*). O gramático reconhecia as propriedades acidentais (*parepóména*) para uma determinada classe de palavras, quando isto era cabível. Constituem, por exemplo, acidentes do nome: gênero (*génos*), número (*arithmós*) e caso (*ptosis*). Incluíam-se também entre os acidentes o tipo (*eídos*), que podia ser primitivo e derivado, e a forma (*schema*), que se dividia em simples e composta. Como vemos, sob o nome de acidentes, se abrigavam aspectos amplos relativos não apenas à flexão como também à derivação e à composição.

Outro gramático de nome foi Apolônio. Este estudioso, afastando-se de exame exterior, característico do período alexandrino, procurou versar sobre matéria linguística, respaldado em enfoque filosófico. Foi Apolônio que abriu espaço para os estudos sintáticos. Escreveu não somente sobre a divisão das partes do discurso, mas também sobre a sintaxe destas.

Vislumbrou o encadeamento das unidades menores nas maiores, nos moldes de uma hierarquia. Privilegiando a relação entre nome e o verbo no âmbito da frase, colocou as partes do discurso sob a égide da sintaxe e arrolou-as de modo a simularem uma proposição completa.

Embora mantendo o essencial da *Téchne* dionisiana, repensou as categorias, sua ordenação e o seu conceito. Não foi à toa que seu ensinamento, de extração filosófica, teve repercussão no pensamento linguístico medieval.

Apolônio distinguiu as seguintes classes, em conformidade com os parâmetros retrocitados:

1. o nome e o verbo, os dois polos, sem os quais inexistiria proposição completa;
2. o particípio, que participa da natureza daqueles acima;
3. o artigo, que se liga ao nome e ao particípio, mas não ao pronome;
4. o pronome, que se coloca no lugar do nome, em contraste com o artigo, adjunto ao nome;
5. a preposição, que se antepõe às partes acima quer por composição (ex. andar com Pedro), quer por aproximação (conviver);
6. o advérbio, que é adjetivo do verbo;
7. a conjunção.

Não nos referiremos às categorias, que mantêm a essência da proposta de Dionísio. Passemos à contribuição dos latinos.

3. As contribuições dos gramáticos latinos

A tradição gramatical latina sofreu forte influência helênica. Nesta secção, trataremos de mostrar de que modo ela se manifestou através de Prisciano e de Varrão.

Em sua descrição morfológica das classes vocabulares variáveis, Prisciano procurou estabelecer formas básicas. Para o nome, elegeu o nominativo singular e, para o verbo, a primeira pessoa do singular do presente do indicativo na voz ativa.

O gramático não separava fenômenos de natureza flexional dos de natureza derivacional. Neste particular, não soube tirar proveito das ideias de Varrão. Entretanto, ele tinha suficiente lucidez teórica para estabelecer as categorias e identificá-las, ainda que com fortes bases nocionais.

Prisciano chegou à descrição de oito classes de palavras com seus acidentes (gênero, número, caso, etc.) em conformidade com o ensinamento de Dionísio e Apolônio. As classes são: nome (nomen), verbo (verbum), particípio (*participium*), pronome (*pronomem*), (*adverbium*), preposição (*praepositio*), interjeição (*interiectio*) e conjunção (*coniunctio*). Ele adaptou as categorias da língua grega, inerentes a cada classe, ao latim.

Além de Prisciano, outros gramáticos houve de grande valor, entre os quais Varrão, o primeiro gramático latino e o mais original dentre eles. Empenhou-se na sua obra, *De Língua Latina*, em questões etimológicas e em problemas ligados aos aspectos regulares e irregulares da linguagem.

Em seu livro III, cunhou o termo *declinatio*, que se relaciona não somente com a declinação dos nomes, mas também com a conjugação verbal. Estamos no terreno da *declinatio naturalis*, a flexão, que se caracteriza pela generalidade e sistematicidade e da *declinatio voluntaria*, relacionada com a derivação.

Levando em consideração aspectos da *declinatio naturalis*, Varrão identificou o seguinte sistema de classes: o que comporta palavras com flexão de caso (nomes), o que comporta palavras com flexão de tempo (verbo), o que abriga palavras com ambas as flexões retrocitadas (participios) e, enfim, palavras sem flexão de caso e de tempo (advérbios e conjunções).

Varrão, no estudo das categorias do verbo, distinguiu as noções de tempo e de aspecto. Na análise das formas verbais do modo indicativo, vozes passiva e ativa, considerou como fundamental divisão entre ação completa e incompleta (exemplos do português: estudou/estudava). Naturalmente, ainda era um estudo eivado de imperfeições, mais tarde reparadas por Prisciano. Não podemos, contudo, deixar de registrar o fato, tendo em vista o contexto histórico no qual ele se situa. Ressaltamos também que nossas gramáticas normativas, anos e anos depois de Varrão, ainda não acolhem a categoria de aspecto devidamente.

4. O legado clássico no medievo

O legado clássico teve importância tamanha que chegou à Idade Média, onde vigorou a filosofia de Santo Tomás de Aquino, a qual, por sua vez, remonta à doutrina aristotélica. A contraparte linguístico-filosó-

fica procede de Prisciano. Foi com base na conjugação destes legados que os medievais estudaram as classes de palavras, as categorias e a noção de *acidente*.

Os principais estudiosos do medievo são gramáticos modistas, assim chamados por terem dado a lume diversos tratados com o título *De Modis Significandi* (Sobre os Modos de Significar). Ao estabelecerem elo entre as categorias gramaticais e o estudo da frase, distinguiram as categorias sintaticamente relevantes, por exemplo, o gênero e o caso, daquelas sintaticamente irrelevantes, estas ligadas à formação de palavras. Separaram, pois, o tipo e a forma (*eídos* e *schema*) dos demais acidentes.

Os modistas ou gramáticos especulativos (assim também chamados porque viam na linguagem um reflexo ou espelho – latim *speculum* do pensamento) distinguiram dois modos de ser (*modi essendi*) fundamentais:

a) modos de compreender (*modi intelligendi*)

b) modos de significar (*modi significandi*)

Os primeiros dizem respeito à relação entre o pensamento e as coisas e os últimos, à relação entre a linguagem e as coisas. Os modos de significar são de crucial importância para se compreender a concepção linguística que os especulativos tinham. Cabe destaque aos modos de significar passivos (*modi significandi passivi*), as qualidades das coisas tais como nos chegam por meio das palavras. Daí a primazia dada ao estudo das classes vocabulares e ao modo como estas se articulam em discurso.

Uma teoria de vulto na época foi a de Tomás de Eckfurt, que parte da concepção do que seria frase aceitável. Esta pressuporia, segundo a tipologia aristotélica das causas, a existência de palavras (causa material), a união destas palavras nas mais variadas construções (causa formal), os vínculos gramaticais entre elas, expressos via mecanismo flexionais (causa eficiente) e a expressão de um pensamento completo (causa final).

Sua obra é a *Gramática Especulativa*, cuja terminologia o autor foi buscar à filosofia escolástica. Nela à maneira de Prisciano, o autor estuda as classes vocabulares e suas peculiaridades que envolvem não apenas a flexão, mas também a derivação.

Para as classes, se fosse o caso, Tomás de Eckfurt distinguia a espécie, segundo a qual se estabelecia uma divisão entre primitivo e deri-

vado (ex. branco/brancura), a figura, conforme a qual se colocava a divisão entre simples e composta. Aqui, à semelhança dos gregos, diferenciava-se o tipos (*eídōs*) da forma (*schema*).

O gênero se caracterizava em ampla aceção pois dizia respeito tanto a substantivos quanto a verbos (no tocante à voz).

Como vemos, o ideário clássico se impôs no medievo, onde foi devidamente adaptado, em consonância com o substrato ideológico enfiado no tomismo.

5. O legado em língua portuguesa

5.1. As gramáticas renascentistas

O interesse pelas línguas clássicas, na Idade Média, não implica que tenha havido descaso para com as línguas vulgares. Ao contrário, a partir da Idade Média, no século XIV, já se delineava uma tendência para se estudarem as línguas românicas já consolidadas. É com o Renascimento, todavia, que a orientação dos estudos para as línguas nacionais se firmaram. Surgem as gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros, respectivamente a *Gramática da Linguagem Portuguesa* e da *Gramática da Língua Portuguesa*, de 1540.

A gramática de Fernão de Oliveira, que é mais um livro de anotações, não se detém a discorrer longamente sobre as partes do discurso nem a aplicar os esquemas formais da língua latina.

A influência clássica foi de fato saliente em João de Barros, que procedeu ao estudo das classes vocabulares, considerando sempre que possível os acidentes, estes compreendidos em ampla aceção.

Identificou o nome e o verbo como as partes principais da oração. De menor importância são as demais: o pronome e o advérbio, além do participio do artigo, da conjunção e da interjeição.

Os acidentes do nome eram, por exemplo:

- a) qualidade: própria ou comum;
- b) espécie: primitiva ou derivada;
- c) figura: simples ou composta;
- d) gênero: masculino e feminino;

- e) número: singular e plural;
- f) caso: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, ablativo, vocativo.

Quanto ao verbo, identifica-se:

- a) o gênero (voz): ativo e neutro;
- b) espécie e figura: as mesmas supra do nome;
- c) tempo;
- d) número;
- e) conjugação.

É óbvio que nem tudo elencado pelo gramático pode ser considerado categoria, à luz dos estudos modernos. Qualidade, espécie e figura certamente não o são. Isto se pode atribuir à nítida influência greco-latina, já patente pela inclusão dos acidentes no estudo das classes.

Influência mais evidente está na atribuição de caso aos nomes. Ora, sabe-se muito bem que, em geral, as funções sintáticas em português não são expressas por casos, exceção feita aos pronomes.

Só a partir do século XVII, com o advento do Iluminismo, se configura de fato uma salutar reação ao modelo gramatical latino. Representativa deste período foi a gramática de Barbosa (1871), que criticou os gramáticos que o antecederam, pelo fato de terem imposto o modelo latino às gramáticas de língua portuguesa.

Defendeu que a língua é um instrumento analítico do pensamento. Como todos os homens pensam segundo as mesmas leis, as línguas devem ser reguladas por princípios universais.

Estabeleceu duas partes para qualquer gramática: uma, de natureza mecânica, que considera as palavras como meros vocábulos, constituídos de sons articulados e letras, encaradas, portanto, quanto a sua ortoépia e ortografia; outra, de natureza lógica, que considera as palavras como signos, enfocadas quanto à etimologia, que versa, sobre as partes da oração, e quanto à sintaxe, que ensina a juntar as palavras e a dispô-las em discurso.

O adjetivo tem uma extensão bem ampla. Corresponde a grandes grupos, os *determinativos*, os *explicativos* e os *restritivos*. Os primeiros

incluem os artigos os pronomes pessoais os demonstrativos de quantidades (o que chamamos hoje de pronomes indefinidos e numerais). Os explicativos e restritivos abrangiam o que entendemos hoje por qualificativos.

O verbo *ser* é considerado de natureza substantiva. Os demais se enquadram naturalmente entre os verbos adjetivos. Quanto aos advérbios, estes não constituem classe autônoma, por se deixarem decompor em preposição e nome substantivo (*docemente* é igual *com doçura*).

Destaque-se que Barbosa, à maneira dos antigos, procedia ao estudo dos acidentes de tipo e forma juntamente com os acidentes propriamente gramaticais. Assim, discorrendo sobre os substantivos comuns, divide-os em primitivos e derivados, simples e compostos.

Barbosa apresenta uma nomenclatura muito complicada, que não teve continuidade em nossa tradição gramatical. Há um esforço por parte do autor em individualizar cada parte oracional no intuito de vez cada uma delas em seus aspectos peculiares.

Ao que nos consta, não apareceu em língua portuguesa, por um longo tempo, obras gramaticais tão destacadas quanto a de Barbosa. Somente numa fase historicista de nossa produção gramatical é que vêm a lume obras de autores como Júlio Ribeiro e João Ribeiro dentre outros, as quais oferecem uma visão diacrônica da língua, refletida principalmente no estudo da estrutura e formação de palavras.

5.2. Das gramáticas historicistas ao anteprojeto da NGB

No período que antecede a confecção do Anteprojeto à NGB, surgem gramáticas que, numa orientação historicista, que se reflete nitidamente no estudo da estrutura e formação de palavras, imprimiram novos rumos na descrição da classificação vocabular. Cada gramática do referido período apresenta em relação a outras divergências num ou noutro pormenor.

Não nos interessa analisar os detalhes sobre a classificação das palavras e os acidentes gramaticais relativos a elas, porque isto nos conduziria a pormenores desinteressantes. Importam somente as linhas gerais que norteavam os compêndios gramaticais, precisamente no que diz respeito à problemática ora em tela.

Ribeiro (1911) reconhece uma disciplina geral denominada *lexiologia*, à qual compete o estudo da palavra quanto aos seus elementos sonoros e quanto aos seus elementos mórficos. Neste último caso, identifica duas subdivisões: *taxionomia*, na qual se estuda a classificação vocabular, *kampenomia* ou *ptseonomia*, em que se descrevem os acidentes gramaticais (gênero e número, por exemplo). Ribeiro (1893), por sua vez, reconhece na *lexeologia* dois subdomínios: a *morfologia*, que estuda o vocábulo considerado quanto aos seus elementos significativos, e a *taxionomia*, responsável pelo agrupamento dos vocábulos em classes.

Já Pereira (1943) reconhece a morfologia como domínio subdividido em *taxeonomia*, à qual cabe o estudo de diversas classes e de seus acidentes, e a *etimologia*, à qual compete o estudo da origem e da formação do léxico. Por fim, Maciel (1914) concebe um setor gramatical, denominado *lexiologia*, cujo escopo são as palavras “isoladamente consideradas, isto é, como organismos independentes.” Nela se insere a *morfologia*, a *taxonomia* e a *ptseonomia*, sendo a segunda responsável pela classificação vocabular e a última, pelo estudo dos acidentes e propriedades.

Como vemos, mesmo com o pequeno quadro ilustrativo acima, reinava uma confusão terminológica nas gramáticas do período pré-NGB. Convinha estabelecer certa ordem que atendesse a finalidades pedagógicas, unificasse as terminologias com base em critérios científicos. Para este fim, nasceu a NGB.

Antes da Nomenclatura Gramatical Brasileira, veio a lume o Anteprojeto a NGB de 13 de agosto de 1957, de cuja elaboração participaram Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro, Cândido Jucá (filho), Celso Cunha e Rocha Lima. O Anteprojeto, além das dez classes vocabulares hoje conhecidas, propunha uma classe de partículas e locuções, às quais não nos referiremos aqui.

Sobrevieram divergências. Cândido Jucá (filho), por exemplo, não aceitava uma classificação vocabular senão dentro de um contexto oracional. A Academia Brasileira de Filologia não admitiu a existência de uma classe de partículas e locuções, pois deveriam ser inseridas, pelo menos em sua maior parte, entre os advérbios. Os gramáticos da Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Sul não admitiram a interjeição entre as classes de palavras de valor morfológico.

Ao final de toda uma longa discussão, a cujos pormenores não aludiremos aqui, resultou soma de opiniões, não uma síntese. Bidermann (1978, p. 191), pronunciando-se sobre o *Anteprojeto*, assevera que gra-

máticos e linguistas que opinaram a respeito dele sempre lhe opuseram umas tantas restrições. Acabaram por adotar uma atitude política e não científica, tirando-se a média em os pareceres de gregos e troianos. Desse acordo entre os detentores da verdade gramatical, afirma a linguista, resultou a portaria ministerial de 28/01/1959, que instituiu a Nomenclatura Gramatical Brasileira. As classes de palavras permaneceram dez.

5.3. A NGB e as gramáticas subsequentes: as classes vocabulares

A NGB lista dez classes de palavras a serem tratadas no domínio da morfologia: seis variáveis – substantivo, adjetivo, artigo, pronome, numeral e verbo. E quatro invariáveis.

Questionamos, em primeiro lugar, o enquadramento de algumas destas classes no setor morfológico, como as invariáveis. É objetável também a inclusão da interjeição entre as classes vocabulares, já que ela se comporta como frase, pois se associa sempre a uma entonação específica e a uma situação comunicativa, da qual fazem parte emissor e receptor (Cf. CAMARA JR., 1977, capítulo XI).

A NGB não estabelece definição para as classes. Temos que colhê-las nas gramáticas. Mas aí já se configura uma primeira dificuldade, pois as definições não coincidem em muitos casos. Para fins ilustrativos, tomamos como exemplo a gramática de Cunha (1983), que se situa entre as mais célebres, e segue mais de perto a NGB.

Na referida gramática, encontram-se definições de ordem semântica, imprecisas como estas:

SUBSTANTIVO é a palavras com que designamos ou nomeamos os seres em geral (1983, p. 121).

ADJETIVO é a espécie de palavra que serve para caracterizar os seres, os objetos nomeados pelos substantivos... (1983, p. 170).

VERBO é (...) a palavra que exprime um fato (ação, estado ou fenômeno) representado no tempo (1983, p. 253).

Perguntamo-nos o que o autor entende por *designamos*, *seres*, *caracterizar*, *ação*, *estado* e *fenômeno*. As definições, vagas e imprecisas, contrastam com estas de caráter morfossemântico, de Dionísio da Trácia:

ónoma (nome): parte do discurso que possui flexão de caso e que significa pessoa ou coisa;

rhema (verbo): parte do discurso sem flexão de caso, mas flexionada em tempo pessoa e número, que significa atividade ou processo executado ou experimentado; (ROBINS, 1979, p. 27)

Devido à imprecisão conceitual, o que é classe em dado momento passa a ser subclasse em outro. Vejamos a conceituação de numeral: “Para indicarmos uma quantidade exata de seres ou objetos, ou para assinarmos o lugar que eles ocupam em determinada série, empregamos uma classe especial de palavras – OS NUMERAIS” (1983, p. 193).

Ora, pela definição acima, não há como diferenciar numeral de substantivo coletivo, a exemplo de *dúzia* e *centena*. Acrescente-se também que a definição não se compatibiliza com o elenco de numerais, já que parece abranger apenas os cardinais e os ordinais.

Outro fato a considerar-se é mistura de critérios. Devido a ela ora os pronomes são classes, ora subclasses, enfocadas sob o aspecto sintático. Daí as denominações *pronome substantivo* e *pronome adjetivo*.

Mistura de critérios existe, às vezes, numa só definição, como esta, relativa ao advérbio, em que mescla o critério sintático ao critério semântico. “Estas palavras que se juntam a verbos, para exprimir circunstâncias em que se desenvolve o processo verbal, e a adjetivos, para intensificar uma qualidade, chamam-se ADVÉRBIOS”. (1983, p. 368)

Noutras vezes, sequer há definição como se vê em “Dar-se-á no nome de ARTIGO às palavras o (com as variações a, os, as) e um com as variações (uma, uns, umas), que se antepõe aos substantivos...” (1983, p. 144)

Em outros momentos, as definições padecem de inexatidão. Em Cunha, por exemplo, os pronomes são considerados palavras que servem para representar um substantivo e para acompanhar um substantivo, determinando-lhe a extensão do significado.

Pela primeira “definição”, só sabemos o que é o artigo porque ele está citado. O fato de antepor-se ao substantivo nada esclarece, porque isto caracteriza também outras classes.

A segunda definição enfatiza somente o caráter substitutivo do pronome e não sua natureza mostradora, isto é, dêitica. Acompanhar o substantivo determinando-lhe a extensão do significado não difere alguns pronomes dos adjetivos.

Em suma, o problema da classificação vocabular permanece na NGB e nas gramáticas que a ela de algum modo se filiam. Isto se deve ora à adoção de critérios semânticos vagos, ora à mistura de critérios (como na definição de advérbio, por exemplo) ora à tautologia (vide definição do artigo), ora à inadequação da definição (a exemplo da definição do pronome).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da língua portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real de Sciencia, 1871.
- BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa*. Edição organizada por José Pedro Machado. Lisboa: sem editora, 1957.
- BIDERMANN, M. T. C. *Teoria linguística*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- CAMARA JR, J. M. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.
- CHEDIAK, A. J. (Org.). *A nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: Direção do Ensino Secundário, 1960.
- CUNHA, C. F. da. *Gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Padrão, 1983.
- DUBOIS, J. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- ERFURT, T. de. *Gramática especulativa*. Madrid: Lousada, 1947.
- KHEDI, V. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática, 1992.
- KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, [s/d.].
- MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.
- NEVES, M. H. de M. *A vertente grega da gramática tradicional*. Brasília: Hucitec/Universidade de Brasília, 1987.
- OLIVEIRA, F. de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1975.
- PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva da língua portuguesa* (Curso Superior). São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1943.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica & Alves, 1893. [Francisco Alves, 1911].

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

VARRÓN. *De lingua latina*. Introducción, traducción y notas de Manuel-Antonio Marcos Casquero. Barcelona: Editorial del Hombre, 1990.